

A ORDEM DO TERMO SUJEITO NO PORTUGUÊS ARCAICO E A ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE FATORES ESTRUTURAIS

Priscilla Mouta Marques (UFRJ)

Introdução

O entendimento da ordenação vocabular em uma sentença é, na história dos estudos lingüísticos, foco de diversos trabalhos, sejam estes de vieses estruturais e/ou discursivos. A ordem do sujeito, em particular, encontra importantes contribuições para a compreensão do fenômeno e, especificamente no âmbito funcional, para o entendimento das intenções do falante e suas estratégias comunicativas ao preferir uma ordem em detrimento de outra no momento da interação verbal.

Em nossa pesquisa (Marques, 2008), observamos os fatores que motivaram o posicionamento do sintagma nominal em função de sujeito antes ou após o verbo no português arcaico, que ainda apresentava uma gama considerável de possibilidades de ordenação desse termo, dada a sua proximidade com o latim vulgar. Esse trabalho teve como alicerce a teoria funcionalista, por se acreditar que a relação entre gramática e discurso é biunívoca e recíproca, sendo aquela uma entidade mutável, suscetível às pressões de uso. Essa afirmação destaca a interação entre forma e função, sendo ambas conjuntamente atuantes no sistema lingüístico.

Este artigo propõe-se a destacar os aspectos estruturais analisados em nosso trabalho, observando se tais fatores influenciam a ordenação do sujeito ou se há outros fatores, de caráter discursivo-pragmático, que exercem pressão para tal ou qual posicionamento do termo. Os dados aqui utilizados foram extraídos de excertos narrativos dos *corpora Biblia Medieval Portuguesa* e *Orto do Esposo*, o primeiro datado do século XIV e o segundo, de fins do século XIV, início do século XV.

Aspectos estruturais¹

Tipos de cláusula/ níveis de gramaticalização

Nas 355 cláusulas analisadas, foram encontradas 178 orações coordenadas, 74 subordinadas, 98 principais e 5 absolutas. Observamos que, com exceção da ordem CSV, que só ocorreu em cláusulas subordinadas, todas as ordenações apareceram nas orações coordenadas e principais.

Nas orações subordinadas, não verificamos a ocorrência da configuração VCS, que, em si, já é uma ordenação pouco freqüente nos *corpora*². Como há somente 5 orações absolutas em nossa amostra, o pouco número de ocorrência não nos permite afirmar que uma determinada ordenação não ocorre nesse contexto no português arcaico.

¹ As propriedades gramaticais envolvidas no uso de cada ordem possível para o termo sujeito foram tratadas em Marques (2008) e em trabalhos anteriores, como os de Pádua (1960) e Mattos e Silva (1989) sobre o português arcaico, e de Naro e Votre (1999) sobre o português atual.

² As ordens mais freqüentes do sujeito em cláusulas transitivas/copulativas no português arcaico são SVC (47,2% dos casos) e VSC (32,5%), e em cláusulas intransitivas, a ordem VS (61,1%). Tomando por base o princípio funcionalista da marcação, segundo o qual a freqüência de ocorrência é um dos critérios para se distinguir categorias marcadas de não-marcadas, postulamos que essas três ordens são não-marcadas no português arcaico (as duas primeiras em cláusulas transitivas/copulativas e a última em cláusulas intransitivas, respectivamente). Ressaltamos que, no caso específico das cláusulas transitivas/copulativas, o português arcaico apresenta 6 possibilidades de ordenação do sujeito: SVC, SCV, CSV, VSC, VCS e CVS.

A ordem CSV, cujo sujeito somente veicula informação já mencionada no discurso, não ocorreu em cláusulas principais nos dados de Mattos e Silva (1989) e é tida como rara no português arcaico por Pádua (1960). Em nosso estudo, obtivemos apenas 8 ocorrências desse tipo de ordenação e todas elas em cláusulas subordinadas, estando 5 especificamente em cláusulas adjetivas. Esse fato confirma a asserção de Pádua (1960) de que o sujeito geralmente se posiciona antes do verbo nesse tipo de oração e leva-nos também a afirmar que as cláusulas adjetivas são mais conservadoras, tendendo, conseqüentemente, a apresentar uma ordenação mais antiga, uma vez que no latim as ordens mais freqüentes apresentavam o verbo na posição final da cláusula. É importante não esquecer que esse aspecto gramatical, segundo a proposta de Givón (1979), é uma conseqüência de questões associadas às pressuposições relacionadas à cláusula, ou seja, a informação veiculada pelos elementos que a compõem continua sendo o fator determinante para sua ordenação.

Para Pádua (1960) e Mattos e Silva (1989), em outros tipos de cláusula, o fato de o complemento ocupar a posição inicial da sentença acarreta o conseqüente deslocamento do sujeito para depois do verbo, o que se confirma, preliminarmente, neste trabalho se levarmos em conta que a ocorrência de sujeitos em estrutura CVS é mais do que o dobro da CSV (17 *versus* 8). Alguns exemplos de cada configuração podem ser vistos a seguir:

- (1) “... e entom aquele, **que (C) Deus (S) escolher (V)**, seja Santo Sacerdote, (...)” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. VII – p. 134)
- (2) “E, quando o caçador lhe quer tomar os filhos, uay ao lugar **hu os (C) ella (S) tem (V)**, (...)” (*Orto do Esposo* – cap. II – p.95)
- (3) “**E quando esto (C) viu (V) Moyses (S)**, rogou a nostro Senhor, (...)” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. VII – p. 133)

Notou-se que os complementos de ambas as configurações supracitadas são, na grande maioria dos casos, pronomes (oblíquos ou relativos). Seu deslocamento para antes do verbo, a nosso ver, tem valor discursivo, uma vez que postulamos que isso ocorre para alçá-lo a uma posição de destaque no discurso. A inversão de posição com o sujeito, pois, não é para realçar este, visto que das 17 ocorrências de sujeitos em posição CVS em nossos dados, 15 veiculam informação evocada, já conhecida pelo interlocutor.

No que tange às cláusulas completivas, notamos uma concentração de ocorrência da ordenação SVC (11 casos em um total de 19). Os demais casos distribuíram-se entre outras 4 configurações encontradas em nossos *corpora* com esse tipo de oração: 2 SCV, 1 CVS, 2 VSC e 3 SV. Postulamos que esse resultado constitui um indício que confirma a hipótese da teoria funcionalista de que cláusulas mais encaixadas tendem a ser mais fixas. As outras orações classificadas tradicionalmente como subordinadas adverbiais e como coordenadas apresentaram uma gama maior de possíveis posições do sujeito em cláusulas transitivas/copulativas e intransitivas bem como uma maior distribuição de casos entre elas.

O item verbal³

Analizamos a escolha dos itens verbais na tentativa de perceber a sua influência no posicionamento do sujeito em conjunto ou não com os aspectos discursivo-pragmáticos

³ Ressaltamos que utilizamos a noção tradicional de transitividade e não os parâmetros de transitividade de Hopper & Thompson (1980). Se seguíssemos a análise dos autores, alguns verbos que aqui foram classificados como transitivos por apresentarem um argumento interno, seriam considerados verbos de baixa transitividade, por serem, por exemplo, (-) perfectivos, (-) cinéticos, apresentarem sujeito (-) volicional, objeto (-) afetado entre outras características. O que é relevante neste trabalho, de fato, é a presença de um sintagma com função de complemento ou predicativo que, de alguma forma, influencie o deslocamento do sujeito para outra posição.

anteriormente observados. Utilizamos, para tal, as categorias verbo cópula, verbo transitivo direto, verbo transitivo indireto, verbo bi-transitivo, verbo intransitivo e verbo *dicendi*, este classificado segundo o aspecto semântico que possui.

Na tabela 1, observamos a frequência de ocorrência das posições do sujeito de acordo com o tipo de verbo dentro de nossa amostra:

Tabela 1. Distribuição da posição do sujeito de acordo com o tipo de verbo

Posição do sujeito		Tipo de verbo						Total
		Cópula	Transitivo direto	Transitivo indireto	Bi-transitivo	Intransitivo	<i>Dicendi</i>	
SVC		36	64	4	15	0	6	125
	%	76,6	52,0	44,4	51,7	0	10,5	35,2
SCV		1	10	0	0	0	2	13
	%	2,1	8,1	0	0	0	3,5	3,7
CSV		1	6	0	1	0	0	8
	%	2,1	4,9	0	3,4	0	0	2,3
VSC		7	31	4	7	0	37	86
	%	14,9	25,2	44,4	24,1	0	64,9	24,2
VCS		1	2	0	0	0	9	12
	%	2,1	1,6	0	0	0	15,8	3,4
CVS		1	10	1	2	0	3	17
	%	2,1	8,1	11,1	6,9	0	5,3	4,8
SV		0	0	0	0	35	0	35
	%	0	0	0	0	38,9	0	9,9
VS		0	0	0	0	55	0	55
	%	0	0	0	0	61,1	0	15,5
CVSC		0	0	0	4	0	0	4
	%	0	0	0	13,8	0	0	1,1
Total		47	123	9	29	90	57	355
	%	100	100	100	100	100	100	100

Os resultados revelam que 76,6% dos verbos-cópula ocorrem na configuração SVC. Embora se verifique a ocorrência desse tipo de verbo em outras ordenações, ressaltamos que em nossos dados isso só se deu com o predicativo representado por um adjetivo. Todos os casos de SNs plenos exercendo a função de predicativo do sujeito estão incluídos na configuração SVC, independentemente do nível de informatividade do sujeito ou de qualquer outros aspecto discursivo. O mesmo já acontecia no latim, em que essa fixação da ordenação do SN predicativo após o verbo evitava casos de ambigüidade em uma sentença, ou seja, como, em função da concordância, ambos os SNs ocorriam no nominativo, o primeiro, que aparecia no início da cláusula, era identificado como sujeito e o segundo como predicativo.

(4) “... e Lazaro recebeo outrosy malles, **mas agora el (S) he (V) cõsolado (C) / e tu (S) es (V) atormõtado (C).**” (*Orto do Esposo* – cap. IV – p.99)

(5) “... e sayu fogo do tribolo de Chore e de seus companheiros, e destrui[o]-os todos, **e ficou (V) Aarom (S) são e salvo (C).**” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. VII – p. 134)

(6) “... e per esta guisa foy demostrada a voontade de Deus, **que Aaron (S) fosse (V) Sacerdote (C – SN) (...)**” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. IX – p. 135)

Outro aspecto a ser exposto, é o fato de termos utilizado uma classificação semântica para separar verbos como *falar*, *dizer*, *ordenar*, *mandar* e *contar* (no sentido de “narrar, refletir, relatar”) em uma categoria que os agrupasse como verbos *dicendi*. Essa decisão foi tomada devido ao fato de termos percebido, durante a coleta dos dados, que tais verbos tendem a aparecer com sujeitos pospostos a eles, o que confirmaria a nossa hipótese de que esses verbos comporiam uma estrutura mais fixa em nossa língua⁴. Notamos, a partir dos dados expostos na tabela 13, que nossa hipótese se confirma: 86% dos sujeitos em cláusulas com verbos *dicendi* posicionam-se após eles, seja a informação veiculada pelo sujeito nova ou não. Quando introduzem discurso direto, todos esses verbos, em nossos *corpora*, apresentaram sujeito posposto a ele.

(7) “... **asy como dizia (Vdicendi) Sam Paulo (S)**: Eu cobiiço morrer pera seer co Jhesu Christo, (...)” (*Orto do Esposo* – cap. I – p.91)

(8) “... **e disse (Vdicendi) Aarom (S) a Moyses (C)**: Rogote, Senhor, que a façás sãa, **e disse (Vdicendi) Deus (S)**: se seu padre cospisse ena face dela, (...)” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. III – p. 131)

(9) “... se algũu for Profeta antre vós, **eu (S) lhe (C) falarey (Vdicendi) em visom, ou em sonhos, ou per feaduras, (...)**” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. III – p. 131)

A figura abaixo ilustra a distribuição do tipo de verbo pelo tipo de informação⁵ veiculada pelo sujeito:

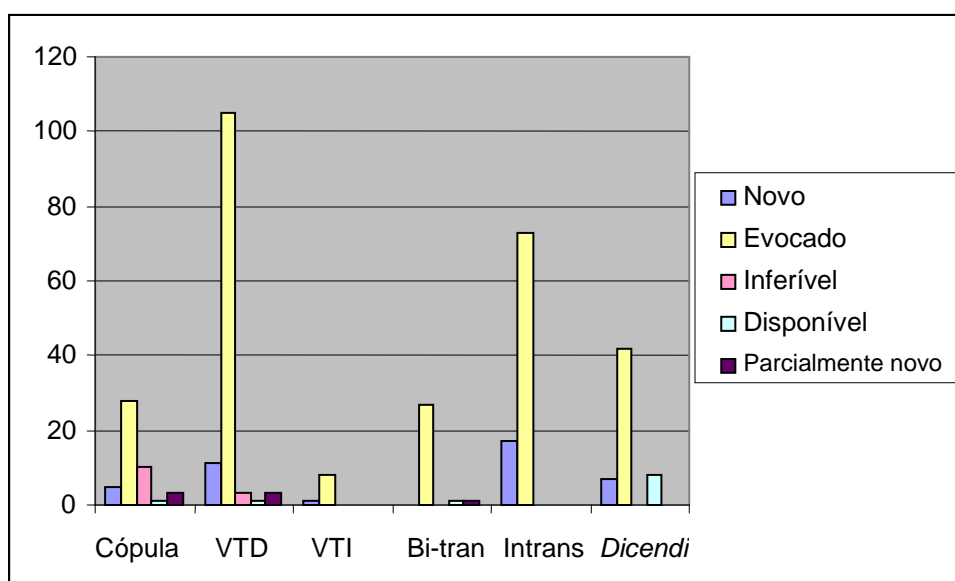


Figura 1. Distribuição do tipo de verbo pelo tipo de informação veiculada pelo sujeito.

⁴ Os estudos de Naro & Votre (1989, 1992, 1999) apontam que, no português atual, verbos como *chegar* também tendem a apresentar uma estrutura mais fixa, visto que a construção mais freqüente com esse tipo de verbo é *Chegou Fulano*.

⁵ Para a análise do *status* informacional do sujeito, utilizamos cinco categorias relacionadas à informatividade, adaptadas de Prince (1981), sendo quatro delas propostas por Votre e Naro (1986): *novo*, *evocado*, *inferível*, *disponível* e *parcialmente novo* (c.f. Marques, 2008).

Os sujeitos evocados, devido à sua alta frequência em nossa amostra, são os que ocorrem em maior número com todos os tipos de verbo. Verificamos maior ocorrência de sujeitos novos com verbos intransitivos e com verbos transitivos diretos. Os inferíveis aparecem apenas em cláusulas com verbos-cópula e verbos transitivos diretos. Não foram registradas ocorrências de sujeitos disponíveis com verbos transitivos indiretos e com verbos intransitivos. Já os parcialmente novos, além de não aparecerem em construções com esses dois tipos de verbo, também não ocorreram com verbos *dicendi*.

O item adverbial

Pádua (1960) e Mattos e Silva (1989) postulam que a presença de um advérbio circunstancial no início da oração acarreta o deslocamento do sujeito para a posição pós-verbal, uma vez que ocupa o seu lugar original. Votre e Naro (1986) verificam em seus dados que na ordenação VS pode-se depreender o **Princípio da Preservação**, que consiste no fato de um complemento ou de um elemento pós-verbal aparecer na posição inicial e acarretar a posposição do sujeito em relação ao verbo como uma compensação sintagmática. Os autores ressaltam, no entanto, que a verdadeira causa do fenômeno está no fato de que normalmente há uma distribuição diferenciada de topicidade no discurso, refletida na distribuição posicional em relação ao verbo no nível sintático.

Os nossos dados nos demonstram que poucas são as cláusulas que apresentam advérbio ou locução adverbial na primeira posição e sujeito posposto ao verbo. Das 118 cláusulas com presença de elemento adverbial, 30 apresentam esse elemento na posição pré-verbal. Dentre essas, 15 têm sujeito posposto ao verbo.

Buscamos, em nossa análise, verificar se o tipo e/ou o tamanho do adverbial seriam condicionadores de sua ocorrência no início da cláusula e do, até então, conseqüente deslocamento do termo sujeito para uma posição à direita do verbo. Dos 15 casos encontrados de estrutura Advérbio + Verbo + Sujeito, podendo o complemento estar posicionado entre o verbo e o sujeito ou aparecer no final da cláusula, 7 apresentam advérbios curtos, 5 médios e 3 longos⁶. A grande maioria desses elementos são advérbios de tempo e de lugar. Como ocorrem em nossa amostra diversas sentenças com advérbios na posição inicial e com o sujeito imediatamente após esse termo, mantendo-se antes do verbo, utilizamos a mesma análise anteriormente descrita e verificamos que das 15 ocorrências (a mesma quantidade verificada nos casos de advérbio e posposição do sujeito), 13 apresentam advérbios curtos, 1 médio e 1 longo. Quanto ao tipo de advérbio, há também a predominância de advérbios de tempo e lugar. Vejamos alguns exemplos:

(10) “Em outro dia começou de murmurar (V) todo o poboo d’Israel (S) contra Moyses e Aaron (C), (...)” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. VIII – p. 135)

(11) “... **certamete nos (S) euíamos (V) a ty (C) daquello que nos comemos (C)**, / mas tu, escarnecendo de nos, euiaste-nos daquello que das de comer aas bestas.” (*Orto do Esposo* – cap. I – p.92)

(12) “...**mas agora el (S) he (V) cõsolado (C)** / e tu es atormetado.” (*Orto do Esposo* – cap. IV – p. 99)

Diferentemente do que é apresentado e defendido pela literatura (Pádua (1960), Mattos e Silva (1989) entre outros), nossos resultados revelam que a presença do elemento adverbial não influencia de modo determinante a ordenação do sujeito. Verificamos, na verdade, uma

⁶ Para medir o tamanho do elemento adverbial, adotamos a seguinte padronização: curto – composto por 1 ou 2 palavras; médio – composto por 3 palavras; longo – formado por 4 ou mais palavras.

variação entre manutenção na posição pré-verbal e posposição do termo sujeito em cláusulas que apresentam o adverbial à esquerda do verbo.

Acreditamos que a variação entre as posições pré e pós-verbais do sujeito é definida de acordo com o valor discursivo que o termo apresenta, isto é, se é um elemento central ou periférico em termos comunicativos – Princípio da Polaridade, defendido por Votre e Naro (1986) – e não pela presença de um e outro termo na estrutura em que se encontra.

A negação na cláusula e a análise das passivas

Outros fatores gramaticais observados nesta pesquisa dizem respeito à presença ou ausência de negação na oração, que nos revela quais são as cláusulas negativas em nossos *corpora*, e à voz verbal, que nos possibilita a identificação e a análise de estruturas passivas.

Segundo Givón (1979), as cláusulas negativas e as passivas, assim como as mais gramaticalizadas, conforme vimos, são mais conservadoras, tendendo a apresentar estruturas mais antigas. Percebemos, neste trabalho, que as cláusulas que apresentam elemento negativo concentram-se nas duas ordenações mais frequentes das orações transitivas – SVC e VSC, o que nos aponta uma menor flexibilidade de posicionamento de seus elementos; porém, essas cláusulas não se confirmam como conservadoras, já que não apresentam em maior número configuração com verbo na posição final, estrutura tipicamente latina. Em contexto intransitivo, essa fixação estrutural observada em ambiente transitivo não se verifica, uma vez que as cláusulas negativas distribuem-se igualmente nas duas ordenações possíveis nesse caso – SV e VS.

No que tange às cláusulas passivas, dividimo-las em dois grupos: as que apresentam verbos na voz passiva analítica e aquelas cujos verbos encontram-se na voz passiva sintética.

A afirmação de Givón (1979) foi claramente identificada em ambos os casos. Nas passivas sintéticas a ordenação unânime é VS, independentemente da informação veiculada pelo sujeito, o que nos permite afirmar que tais estruturas estão mais protegidas das influências discursivas. Já nas analíticas, dos 8 casos registrados, 6 apresentam o referente sujeito anteposto ao verbo e 2 sujeito em posição pós-verbal, corroborando para a afirmação de que há uma maior rigidez na ordenação dos elementos de uma cláusula na voz passiva. Vejamos os exemplos:

(13) “... e **acendeu(V)-se entom fogo (S – novo) ena sanha do Senhor Deus**, / e destruiu a derradeira parte da hoste, e rrogou Moyses nostro Senhor, / e **apagou(V)-se o fogo (S – evocado)**.” (*Bíblia Medieval Portuguesa* – cap. II – p. 130)

(14) “E outrossy, os homees que amã muy[to] seus filhos, que faze por elles contra sua conciencia ou leixam de fazer o que deue, / **estes taaes (S – evocado) ficam eganados (V) pella sôõbra**, (...)” (*Orto do Esposo* – cap. II – p.95)

Representação do sujeito

Observamos em nossa amostra a seguinte frequência de ocorrência de sujeitos representados por sintagmas nominais plenos e sujeitos codificados por pronomes, distribuída pelas posições possíveis do termo em cláusulas transitivas e intransitivas:

Tabela 2. Posição e representação do sujeito.

Posição do sujeito		Representação do sujeito		Total
		SN pleno	Pronome	
SVC		82	43	125
	%	65,6	34,4	100
SCV		6	7	13
	%	46,2	53,8	100
CSV		3	5	8
	%	37,5	62,5	100
VSC		83	3	86
	%	96,5	3,5	100
VCS		11	1	12
	%	91,7	8,3	100
CVS		13	4	17
	%	76,5	23,5	100
SV		24	11	35
	%	68,6	31,4	100
VS		53	2	55
	%	96,4	3,6	100
CVSC		3	1	4
	%	75	25	100
Total		278	77	355
	%	78,3	21,7	100

Verificamos, a partir dessa tabela, que a ocorrência de pronomes exercendo a função de sujeito concentrou-se nas posições pré-verbais, enquanto há uma diversificação da distribuição entre as ordens arroladas dos sintagmas nominais plenos que exercem a mesma função.

Görski (1985) aponta que, em uma narrativa, os sujeitos que veiculam informação evocada são representados por anáfora zero, pronome, advérbio ou sintagma nominal definido. O mesmo se verifica em nossos dados, visto que todos os sujeitos pronominais apresentam informação velha e os sintagmas nominais plenos que são sintaticamente classificados como sujeito e se enquadram nessa tipologia informacional são definidos. Identificamos aqui, no que tange ao uso de pronomes para a transmissão de informação evocada, a atuação do subprincípio funcionalista da quantidade, segundo o qual a quantidade, a imprevisibilidade e a importância da informação são proporcionais ao material de codificação utilizado.

Considerações finais

Neste artigo, destacamos as categorias gramaticais analisadas em nossa pesquisa. Apontamos que foram relevantes em nossa análise sobre a ordenação do sujeito em relação ao verbo: o tipo de cláusula/ níveis de gramaticalização, o item verbal e a presença ou ausência de negação.

Atestamos a importância do tipo de cláusula/ níveis de gramaticalização ao percebermos que as orações adjetivas apresentavam uma estrutura mais conservadora (CSV), já verificada no latim, língua em que o verbo na posição final da cláusula era praticamente obrigatório nas orações subordinadas. Notamos também que as orações subordinadas coletadas de nossos *corpora* tinham uma concentração de ocorrência na ordem SVC, mostrando que são estruturas mais fixas que as cláusulas menos gramaticalizadas. Da mesma forma, isso se verificou nas cláusulas passivas, tanto nas sintéticas, cujo sujeito posicionou-se unanimemente após o verbo, quanto nas analíticas, que apresentaram maior concentração de sujeitos igualmente na posição pós-verbal. A hipótese de Givón (1979) de que cláusulas mais gramaticalizadas tendem a ser mais conservadoras e a apresentar uma estrutura mais fixa, sendo menos suscetíveis às vicissitudes do discurso, se confirma nesta pesquisa.

Sobre o item verbal, verificamos que as estruturas com verbo-cópula tenderam a apresentar a ordem SVC, sendo esta, inclusive, a ordenação obrigatória, assim como no latim, para os casos em que tanto o sujeito quanto o complemento eram representados por sintagmas nominais plenos. Postulamos que isso seja uma forma de evitar a ambigüidade que uma cláusula com dois sintagmas nominais posicionados após o verbo, mas exercendo funções diferentes, pode vir a causar. Observamos também que os verbos *dicendi* apresentaram o sujeito, na maioria dos casos, em posição pós-verbal. Ressaltamos que esses resultados eram independentes do *status* informacional do sujeito. Argumentamos que as cláusulas com verbos *dicendi*, especificamente, apresentam estruturas que são cristalizações de estratégias discursivas, sedimentadas em função de sua frequência de uso em experiências comunicativas prévias. Não se trata, pois, da influência do verbo-cópula e do verbo *dicendi* no posicionamento do sujeito. Houve, na verdade, a atuação de aspectos discursivo-pragmáticos que levaram à fixação da ordenação dos elementos que compõem esses tipos de sentença.

Concluimos, portanto, que o fenômeno da ordenação do sujeito em relação ao item verbal no português arcaico mostrou-se essencialmente funcional. Inclusive em casos em que aparentemente se verificava influência de um fator estrutural, observamos a atuação de aspectos discursivo-pragmáticos⁷.

Referências Bibliográficas

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1979.

GÖRSKI, E. *Condições de entrada e de continuidade do referente em narrativas orais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1985.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56(2), 1980. p.251-99

⁷ Ressaltamos que, embora tenhamos utilizado como base o discurso religioso, acreditamos que tais resultados podem ser estendidos para o português arcaico de uma maneira geral.

MARQUES, P.M. *Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no Português Arcaico*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas Trecentistas. Para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

NARO, A.; VOTRE, S. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, 5(2), 1989. p.169-184.

NARO, A. J. & S. J. VOTRE (1992) Mecanismos funcionais do uso da língua - função e forma. *DELTA*, 8(2), 1992. p.285-90.

NARO, A.; VOTRE, S. *Discourse Motivations for linguistic regularities – Verb/subject order in spoken Brazilian Portuguese*. Probus 11, 1999. p. 73-98.

PÁDUA, M.P. *A ordem das palavras no português arcaico*. Frases de verbo transitivo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

PRINCE, E.F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-55.

VOTRE, S.; NARO, A. *A Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Rio de Janeiro, 1986. p. 454-81. (Relatório final do Projeto Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação).